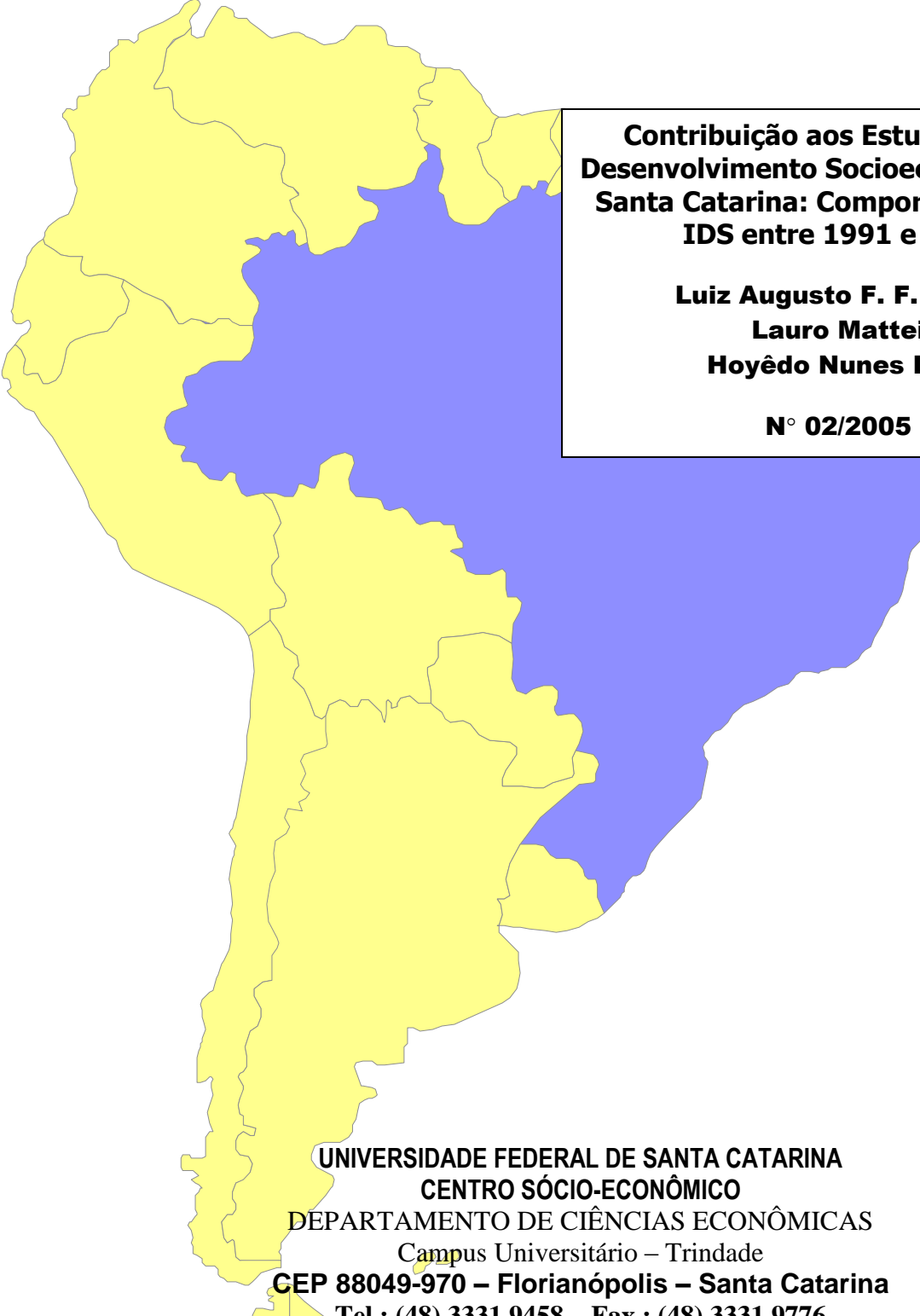


TEXTO PARA DISCUSSÃO



**Contribuição aos Estudos sobre
Desenvolvimento Socioeconômico em
Santa Catarina: Comportamento do
IDS entre 1991 e 2000**

**Luiz Augusto F. F. Maluf
Lauro Mattei
Hoyêdo Nunes Lins**

Nº 02/2005

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Campus Universitário – Trindade
CEP 88049-970 – Florianópolis – Santa Catarina
Tel.: (48) 3331.9458 – Fax.: (48) 3331.9776**

CONTRIBUIÇÃO AOS ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO EM SANTA CATARINA: COMPORTAMENTO DO IDS ENTRE 1991 E 2000

Luiz Augusto F. F. Maluf*
Lauro Mattei**
Hoyêdo Nunes Lins***

[Palavras Chave: Reestruturação produtiva; IDS; Santa Catarina]

Resumo

O presente artigo apresenta o cálculo e análise do comportamento do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDS) para o Estado de Santa Catarina em nível nacional entre os anos de 1991 e 2000. Dessa maneira, o IDS passa a contribuir para o debate sobre os reflexos das mudanças registradas na estrutura produtiva catarinense durante os anos 90, ao mesmo tempo em que aponta os pontos fortes e fracos das condições socioeconômicas estaduais. Calculado com base em indicadores econômicos (produto e distribuição de renda) e sociais (saúde, educação, trabalho e moradia), a análise do IDS apontou significativas melhoras nos aspectos econômicos e em diversos fatores sociais, ressaltando os aspectos positivos da reestruturação produtiva iniciada ao longo da última década. Contudo, apesar de sensivelmente menor do que o observado para o ano de 1991, percebe-se que em 2000 houve a manutenção de um significativo grau de informalidade do mercado de trabalho. Percebeu-se também a persistência de condições bastante precárias em termos de saneamento básico, sobretudo em termos do acesso da população a redes gerais de esgoto. Como uma consequência dos impactos negativos que esses fatores têm exercido sobre o IDS catarinense ao longo de todo o período estudado, desvelam-se prioridades latentes em termos de planejamento e implementação de políticas públicas estaduais para os próximos anos.

1. Introdução

Os reflexos das opções de política econômica privilegiadas no Brasil durante os anos 90 tomaram a forma de uma ampla e intensa – embora heterogênea – reestruturação produtiva, observada principalmente nas atividades industriais. Modernização tecnológica e organizacional (com melhorias em qualidade e produtividade, aumentando a competitividade), ampliação da presença de interesses estrangeiros (afetando a estrutura patrimonial do aparelho produtivo), desaparecimento de empresas (pelo fechamento puro e simples, devido à impossibilidade de competir, e pelas fusões e aquisições, que proliferaram no período) e demissões em grandes quantidades, entre outros aspectos, marcaram o país na última década do século XX.

* Professor Substituto do Departamento de Ciências Econômicas da UFSC. Email: maluf@cse.ufsc.br.

** Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da UFSC. E-mail: mattei@cse.ufsc.br.

*** Professor Titular do Departamento de Ciências Econômicas da UFSC. E-mail: hnlins@cse.ufsc.br.

Santa Catarina não ficou à margem dos movimentos de reestruturação que vincaram a cena brasileira. Estado de economia marcadamente industrial¹, as novas condições regulatórias introduzidas no país – sobretudo a liberalização do comércio externo, iniciada com a derrubada de alíquotas de importação e amplificada com a política de câmbio do Plano Real – repercutiram fortemente em várias de suas atividades produtivas (Campos *et al*, 2002). Merecem realce os ajustes protagonizados, entre outros setores, nos complexos têxtil-vestuário, eletro-metal-mecânico e agroindustrial (especialmente nos segmentos de suínos e aves), de grande proeminência na estrutura produtiva, em que foram combinadas medidas de cunho modernizador (em termos tecnológicos e organizacionais) e iniciativas de redução de custos (implicando diminuição de mão-de-obra). O período também assistiu à instalação em território catarinense de diversas capacidades produtivas vinculadas a grupos internacionais, mostrando-se a Vega do Sul – laminadora de aço pertencente ao grupo francês Usinor, localizada no portuário Município de São Francisco do Sul – como o caso mais divulgado dessa tendência.

Poucos discordariam de que as mudanças recentes representam um novo ingrediente no debate sobre o desenvolvimento socioeconômico em escala de Brasil e em nível de entes federados. As transformações estiveram longe de mitigar – talvez tenham até agravado – o estrutural quadro de desigualdades regionais amargadas no Brasil em termos históricos.

Em Santa Catarina tais mudanças suscitam interrogações, entre outras coisas, sobre a continuidade de estruturas herdadas da história, evocadas em alguns meios acadêmicos e políticos estaduais com o uso da expressão “modelo catarinense de desenvolvimento”. Objeto de polêmica local – em boa medida devido à entusiasmada e excessiva exaltação de hipotéticas especificidades catarinenses² –, essa expressão geralmente refere a aspectos como distribuição mais equilibrada das atividades industriais no território estadual, presença mais forte de empresas de micro, pequeno e médio portes em diferentes setores, estrutura fundiária em que as propriedades rurais de menor tamanho têm considerável representatividade e estrutura urbana na qual os centros mais populosos não ultrapassam a escala média de tamanho de cidade. Como corolário, os defensores de um pretenso “modelo catarinense de desenvolvimento” costumam brandir indicadores sociais que estariam a conferir razão à idéia de Santa Catarina como caso privilegiado no panorama nacional.

De alguma forma, esse debate constitui pano de fundo para o presente artigo, cujos objetivos são, todavia, bem delimitados. Sem compartilhar, nem remotamente, a idéia de que Santa Catarina é uma exceção no Brasil e de que existe um “modelo catarinense de desenvolvimento”, procura-se observar aspectos do desenvolvimento socioeconômico estadual ao longo dos anos de 1990 com base no comportamento do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDS). O propósito é que tal exercício possa significar uma contribuição às discussões sobre as conseqüências socioeconômicas das mudanças registradas pela estrutura produtiva catarinense durante a década passada.

¹ As Contas Regionais do Brasil de 2002, publicadas pelo IBGE, mostram que naquele ano a indústria de transformação representava nada menos que 37,56% do valor adicionado bruto em Santa Catarina, a segunda maior percentagem entre os estados (inferior somente à do Amazonas, que alcançava 51,67%). A média brasileira era 25,40%, e os dados para os outros dois estados da Região Sul eram 24,81% para o Paraná e 32,61% para o Rio Grande do Sul. Informações disponíveis no site <www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2002/TPA.pdf>

² Essa idéia perpassa vários estudos sobre Santa Catarina. Uma ilustração é Hering (1987).

O conceito de desenvolvimento socioeconômico está relacionado ao nível de crescimento econômico, somado às características da distribuição de renda, das condições de saúde, de educação, de trabalho e de moradia da população. Tal conceito é parte de um entendimento mais amplo de desenvolvimento, o de desenvolvimento humano, propugnado pelos economistas Mahbub ul Haq e Amartya Sen e utilizado em nível mundial nos relatórios das Nações Unidas desde 1990 (PNUD, 1995, a). A idéia é que, quando as dimensões culturais e políticas das áreas estudadas (regiões, países, etc.) também são consideradas, a análise deveria considerar o conceito de desenvolvimento humano proposto por esses economistas. Mais do que isso, o patamar atual da discussão realça a importância crucial da agregação da dimensão ambiental nos estudos de desenvolvimento, com ênfase no problema da sustentabilidade do sistema-mundo, conforme destacado pela literatura (Montibeller, 1999; 2001).

É com base no conceito de desenvolvimento socioeconômico que se pode calcular o IDS. Trata-se de um índice que mede a posição em que se encontra o nível de desenvolvimento socioeconômico de uma região, numa escala cujo piso é o nível de desenvolvimento econômico e social da região menos desenvolvida e o teto o nível de desenvolvimento econômico e social da região mais desenvolvida, com valores que variam entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, mais perto estará a região estudada do nível de desenvolvimento da região mais desenvolvida, sendo a recíproca verdadeira: quanto mais próximo de 0, mais perto estará a região estudada do nível de desenvolvimento da região menos desenvolvida.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) desenvolveu uma metodologia própria para o cálculo de índices de desenvolvimento (PNUD, 2005b), podendo-se encontrar, inclusive, o IDH-M, que se relaciona ao desenvolvimento humano dos municípios brasileiros. Esses índices apresentam um tratamento matemático para alguns indicadores que se mostram um pouco mais refinados do que o apresentado neste artigo. Por outro lado, alguns indicadores específicos relevantes não são considerados nos índices do PNUD, o que de certa forma pode obscurecer a situação de alguns aspectos vinculados ao bem-estar, os quais, postula-se aqui, têm importância fundamental. Desta forma, parece se justificar o cálculo de um novo IDS para o Estado de Santa Catarina, com base em indicadores econômicos e sociais selecionados.

No presente trabalho, o Estado de Santa Catarina é considerado no interior de um universo constituído pelo total dos estados brasileiros, buscando-se parametrizar o estado em relação ao contexto nacional em termos socioeconômicos, entre os anos de 1991 e 2000. Com esse escopo, além desta seção introdutória, o texto está organizado da seguinte forma: a seção 2 discute os procedimentos metodológicos; a seção 3 apresenta a elaboração e análise dos sub-índices que compõem o IDS para os anos de 1991 e 2000, seguindo-se o cálculo e a análise do mesmo; e a seção 4 contém as considerações finais do trabalho.

2. Procedimentos metodológicos

O retrato do nível de desenvolvimento socioeconômico do Estado de Santa Catarina na década de 1990, esboçado com base em uma metodologia de cálculo do IDS proposta pelo PNUD e discutida

por Montibeller (1999), implica o uso de indicadores socioeconômicos relativos aos anos de 1991³ e 2000⁴.

O cálculo do IDS requer a utilização ponderada de indicadores estatísticos das categorias econômicas e sociais, conforme mostrado nas equações 1, 2, 3 e 4.

$$IDS = \frac{\sum_{i=1}^n ID_i}{n} \quad (\text{Eq. 1}), \quad \text{em que} \quad ID_i = \frac{\sum_{j=1}^n ID_j^{CAT}}{n} \quad (\text{Eq. 2}), \text{ e}$$

$$ID_j^{CAT} = \frac{\sum_{k=1}^n ID_k^I}{n} \quad (\text{Eq. 3}), \quad \text{em que} \quad ID_k^I = \frac{I_k^E - I_k^P}{I_k^M - I_k^P} \quad (\text{Eq.4})$$

A equação 1 diz que o IDS corresponde à média aritmética simples dos n índices de desenvolvimento (ID_i) estudados. Esses índices se referem aos níveis de desenvolvimento econômico e social, respectivamente. A equação 2, por sua vez, mostra que os índices de desenvolvimento (ID_i) são divididos em categorias (ID_j^{CAT}), correspondendo cada i -ésimo ID à média aritmética simples dos n ID_j^{CAT} . Para a montagem do índice de desenvolvimento econômico, foram utilizadas duas categorias: nível da atividade econômica, medida pela renda *per capita*, e distribuição de renda, medida pelo índice de Gini⁵, enquanto que para a montagem do índice de desenvolvimento social foram utilizadas as suas quatro categorias, a saber, saúde, educação, trabalho e moradia. A equação 3 mostra que cada j -ésimo ID por categoria (ID_j^{CAT}) é obtido através da média aritmética simples dos n índices dos indicadores (ID_k^I) utilizados na categoria respectiva. Finalmente, a equação 4 mostra que cada k -ésimo índice do indicador é obtido através do k -ésimo indicador da região estudada (I_k^E), do k -ésimo indicador da região que apresenta o melhor indicador (I_k^M) e do k -ésimo indicador da região que apresenta o pior indicador (I_k^P).

3. Cálculo do IDS de Santa Catarina: 1991-2000

³ Disponíveis no Censo Demográfico de 1991 (IBGE, 1991; 2005), PNUD (2005, c) e RAIS (1991).

⁴ Disponíveis no Censo Demográfico, 2000 (IBGE, 2001; 2005) e no PNUD (2005, c). Já os indicadores relativos ao nível de desemprego, não disponíveis no Censo Demográfico de 2000, foram obtidos através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, 2000) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2002 (IBGE, 2003).

⁵ O índice de Gini é uma medida utilizada para medir o grau de concentração da renda. Índices de Gini mais próximos de 1 indicam rendas mais concentradas. Índices mais próximos de 0 apontam rendas distribuídas de forma mais equitativa.

Aplicando a metodologia apresentada acima, calculam-se, nas seções 3.1, 3.2 e 3.3, respectivamente, os índices de desenvolvimento econômico (ID_1), de desenvolvimento social (ID_2) e socioeconômico (IDS) para o Estado de Santa Catarina.

3.1. Desenvolvimento Econômico - ID_1

As tabelas 1.a e 1.b apresentam os indicadores de desenvolvimento econômico de Santa Catarina (I_k^E), da região com melhor indicador (I_k^M) e da região com pior indicador (I_k^P), relacionando-os com o seu estado de origem, para os anos de 1991 e 2000, respectivamente. Apresentam também os índices de desenvolvimento dos indicadores (ID_k^I) e o cálculo do índice de desenvolvimento econômico para Santa Catarina, através da agregação das categorias *nível da atividade econômica e distribuição de renda* em uma única categoria⁶, conforme a igualdade descrita pela equação que segue.

$$(ID_1^{CAT} = ID_1) \quad \text{(equação 5)}$$

Tabela 1a: Cálculo do ID_1 (ano: 1991)⁷

Indicador	I_k^E SC	I_k^M	Origem	I_k^P	Origem	ID_k^I
Renda per capita (com DF)	232,26	472,24	DF	80,42	MA	0,388
Renda per capita (sem DF)	232,26	382,93	SP	80,42	MA	0,502
Índice de Gini	0,57	0,57	SC	0,66	PE	1,000
ID_1^{CAT} (com DF) = 0,69						
ID_1^{CAT} (sem DF) = 0,75						

A tabela 1a mostra que, em 1991, o índice de desenvolvimento econômico - ID_1 (com DF) de Santa Catarina, parametrizado por todos os demais estados brasileiros, foi igual a 0,69, o que, num primeiro momento, poderia traduzir uma situação não mais do que regular em termos econômicos. O que mais afasta o Estado de situações boas ou ótimas neste aspecto é o nível de renda per capita, ficando Santa Catarina praticamente equidistante entre os estados com o melhor e o pior indicador, Distrito Federal e Maranhão, respectivamente. Em termos de distribuição de renda, Santa Catarina apresenta o primeiro lugar, ostentando o melhor índice de Gini, enquanto o estado Ceará detinha o pior indicador. No entanto, tomando-se por hipótese que tal distância é devida, em grande parte, ao viés ocasionado pela disparidade de renda entre os integrantes do aparato estatal e

⁶ Considerando que foi utilizado somente um indicador para cada uma das categorias, a característica desejada de mesma ponderação para as diferentes categorias dentro do índice não foi alterada.

⁷ Dados obtidos do Censo Demográfico de 1991 (IBGE, 2005).

os agentes produtivos no país⁸, o ID_1 foi recalculado sem incluir o Distrito Federal, de forma a reduzir aquele possível viés, o que levou a um ID_1 (sem DF)=0,75. Percebe-se, assim, que a hipótese do viés da renda assinalado é consistente, uma vez que, desconsiderando-se o Distrito Federal, Santa Catarina apresentava um bom nível de desenvolvimento econômico no ano de 1991, relativamente aos demais estados brasileiros, período em que São Paulo mantinha o maior nível de renda *per capita* do país.

Tabela 1b: Cálculo do ID_1 (ano: 2000)⁹

Indicador	I_k^E SC	I_k^M	Origem	I_k^P	Origem	ID_k^I
Renda per capita (com DF)	348,72	605,41	DF	110,37	MA	0,481
Renda per capita (sem DF)	348,72	442,67	SP	110,37	MA	0,717
Índice de Gini	0,55	0,55	SC	0,63	CE	1,000
ID_1^{CAT} (com DF) = 0,74						
ID_1^{CAT} (sem DF) = 0,85						

A tabela 1b mostra que, em 2000, o índice de desenvolvimento econômico - ID_1 (com DF) - de Santa Catarina, parametrizado por todos os demais estados brasileiros, foi igual a 0,74, o que se traduz em uma boa condição em termos de desenvolvimento econômico. Já o ID_1 (sem DF) foi igual a 0,85, o que pode ser lido como uma condição econômica de destaque em escala nacional. Deste modo, os acréscimos nos dois índices (ID_1 com DF de 0,69 para 0,74 e ID_1 sem DF de 0,75 para 0,85), entre 1991 e 2000, fornecem elementos para argumentar que, ao longo da década de 1990, a reestruturação produtiva em Santa Catarina pode ter sido mais eficaz do que a média dos estados brasileiros¹⁰. Percebe-se através da tabela 1b que o quesito *renda per capita* é responsável pelo afastamento do estado de situações consideradas ótimas, mantendo uma distância considerável tanto do Distrito Federal como de São Paulo, os dois melhores indicadores do país no ano de 2000. Aquele indicador permite dizer também que o viés da renda foi marcante ao longo de toda a última década. Já em termos de distribuição de renda, conforme já ressaltado, Santa Catarina apresentou-se

⁸ Esse diferencial de renda é tratado daqui por diante como viés da renda.

⁹ Dados obtidos do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2005).

¹⁰ Contudo, dados divulgados recentemente pelo IBGE sobre os PIBs municipais, referentes ao período 1999-2002, reforçam a tese de que o país continua ostentando uma enorme concentração econômica, em termos espaciais (IBGE, 2005). Ainda que os PIB de áreas como Manaus e Brasília sobressaíam entre os que mais cresceram, os grandes destaques municipais localizam-se na Região Sudeste.

em primeiro lugar em termos de melhor índice de Gini¹¹, reservando-se ao estado do Ceará o pior indicador.

3.2 Desenvolvimento Social – ID_2

Neste item é elaborado e analisado o índice de desenvolvimento social de Santa Catarina, ID_2 , através dos índices relativos aos quesitos saúde, educação, trabalho e moradia, ID_j^{CAT} .

As tabelas 2a e 2b apresentam os dados dos anos de 1991 e 2000 relativos aos indicadores de saúde de Santa Catarina (I_k^E), comparados ao estado com o melhor indicador (I_k^M) e com o pior indicador (I_k^P), ambos relacionados com seu estados de origem nas colunas “origem”. Também são apresentados os índices de desenvolvimento dos indicadores de saúde (ID_k^I) e os índices de desenvolvimento para a categoria saúde (ID_1^{CAT}). Nas tabelas 3a e 3b são apresentadas as mesmas informações para a categoria educação; nas tabelas 4a e 4b, para a categoria trabalho; e nas tabelas 5a e 5b, para a categoria moradia.

Excetuando-se a categoria saúde, observa-se que em todas as demais categorias consideradas, tanto para o ano de 1991 como para 2000, em pelo menos um indicador o Distrito Federal situava-se em melhor posição entre os demais estados brasileiros. Diante disso, e pressupondo-se uma correlação direta entre o viés da renda naquela localidade e a condição de seus indicadores sociais, os índices de desenvolvimento das categorias foram recalculados para cada um dos itens em que a capital do país aparecia em primeiro lugar. Desta forma, os índices de desenvolvimento vinculados com educação, trabalho e moradia, para os anos de 1991 e 2000, foram calculados com e sem a presença do Distrito Federal.

a) Saúde

Para elaborar os índices de desenvolvimento de saúde (ID_1^{CAT}), tanto para 1991 como para 2000, foram utilizados os quesitos *expectativa de vida ao nascer*, *taxa de mortalidade até um ano de idade*, *probabilidade de sobrevivência até 40 anos* e *probabilidade de sobrevivência até 60 anos*.

¹¹ No entanto, ainda, conforme dados encontrados em Borchard (2003), aproximadamente 12% da população não possuíam renda suficiente para garantir a sua própria alimentação. Se comparada à taxa do país (19%), pode-se afirmar que o estado apresenta uma situação privilegiada. Além disso, o percentual de indigentes mostrou-se distribuído de forma desigual no território catarinense, podendo-se encontrar regiões que chegam a ter até 27% de sua população em completo estado de indigência.

Tabela 2a: Cálculo do ID_1^{CAT} - Categoria de Saúde (ano: 1991)¹²

Indicador	I_k^E SC	I_k^M	Origem	I_k^P	Origem	ID_k^I
Expectativa de vida ao nascer	70,15	70,15	SC	58,03	MA	1,000
Mortalidade até um ano de idade (%)	24,83	22,52	RS	74,49	AL	0,956
Probabilidade de sobrevivência até 40 anos (%)	92,81	92,81	SC	80,49	MA	1,000
Probabilidade de sobrevivência até 60 anos (%)	81,14	81,14	SC	59,97	MA	1,000
$ID_1^{CAT} = 0,98$						

A tabela 2a mostra que Santa Catarina se situou, em 1991, na primeira posição em todos os quesitos considerados, exceto no da *taxa de mortalidade até um ano de idade*. Desta forma, o estado apresentou um índice de desenvolvimento da saúde (ID_1^{CAT}), em 1991, igual a 0,98, significando uma condição de saúde excelente, comparativamente aos demais estados brasileiros. Dentre os diferentes quesitos que compõem o indicador saúde, percebe-se que o Estado de Alagoas apresentou o pior indicador em relação à *taxa de mortalidade até um ano de idade*, enquanto o estado do Maranhão apresentou os piores índices em todos os demais quesitos de saúde utilizados¹³.

Tabela 2b: Cálculo do ID_1^{CAT} - Categoria de Saúde (ano: 2000)¹⁴

Indicador	I_k^E SC	I_k^M	Origem	I_k^P	Origem	ID_k^I
Expectativa de vida ao nascer	73,68	73,68	SC	61,73	MA	1,000
Mortalidade até um ano de idade (%)	16,78	16,78	SC	48,95	AL	1,000
Probabilidade de sobrevivência até 40 anos (%)	94,92	94,92	SC	82,78	MA	1,000
Probabilidade de sobrevivência até 60 anos (%)	86,72	86,72	SC	65,91	MA	1,000
$ID_1^{CAT} = 1,00$						

A tabela 2b, referente ao ano de 2000, mostra que Santa Catarina apresentou os melhores índices para todos os quesitos considerados, o que lhe confere um índice de desenvolvimento da saúde (ID_1^{CAT}) igual a 1. Já os estados do Maranhão e de Alagoas, ao contrário, mantiveram as mesmas características apresentadas em 1991.

¹² Os indicadores utilizados nesta tabela foram obtidos do Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2005, c).

¹³ Apesar de não ter sido apresentado na tabela, note-se que, pela equação 4, o estado com o pior indicador deverá sempre apresentar o índice desse indicador igual a zero. Da mesma forma, o estado com o melhor indicador apresentará sempre o índice do indicador igual a 1.

¹⁴ Idem nota 11.

b) Educação

A elaboração dos índices de desenvolvimento da categoria educação (ID_2^{CAT}), para os anos de 1991 e de 2000, contou com dois quesitos: *taxa de analfabetismo (maiores de 15 anos)* e *taxa bruta de frequência ao ensino superior*¹⁵.

A tabela 3a mostra que, em 1991, Santa Catarina apresentou um excelente índice de alfabetização, situando-se entre as menores taxas de analfabetismo do país, tendo que o ID_1^I foi igual a 0,995. No entanto, com relação ao quesito *taxa bruta de frequência ao ensino superior*, o estado apresentava uma situação preocupante, já que o ID_2^I não passava de 0,56, mesmo com a exclusão do Distrito Federal.

Tabela 3a: Cálculo do ID_2^{CAT} - Categoria Educação (ano: 1991)¹⁶

Indicador	I_k^E SC	I_k^M	Origem	I_k^P	Origem	ID_k^I
Taxa de analfabetismo (maiores de 15 anos)	9,91	9,72	RJ	45,32	AL	0,995
Taxa bruta de frequência ao ensino superior (com DF)	10,72	18,64	DF	2,24	AP	0,517
Taxa bruta de frequência ao ensino superior (sem DF)	10,72	17,25	RJ	2,24	AP	0,565
ID_2^{CAT} (com DF) = 0,75						
ID_2^{CAT} (sem DF) = 0,78						

De toda forma, pode-se dizer que Santa Catarina apresentou um bom índice de desenvolvimento da educação, pois o ID_2^{CAT} em 1991 atingiu 0,75, quando incluído o Distrito Federal, e 0,78, quando a capital federal foi excluída.

As informações revelam também que o Estado de Alagoas possui a maior *taxa de analfabetismo*, ao passo que o Estado do Amapá apresenta o pior índice relativo à *taxa bruta de frequência ao ensino superior*.

Tabela 3b: Cálculo do ID_2^{CAT} - Categoria Educação (ano: 2000)¹⁷

Indicador	I_k^E SC	I_k^M	Origem	I_k^P	Origem	ID_k^I
Taxa de analfabetismo (maiores de 15 anos)	6,32	6,32	SC	30,51	PI	1,000
Taxa bruta de frequência ao ensino superior (com DF)	26,29	33,43	DF	2,29	MA	0,771
Taxa bruta de frequência ao ensino superior (sem DF)	26,29	29,04	RS	2,29	MA	0,897
ID_2^{CAT} (com DF) = 0,88						
ID_2^{CAT} (sem DF) = 0,94						

¹⁵ Obtido mediante a divisão do total de pessoas matriculadas em ensino superior pela população na faixa etária de 7 a 22 anos idade (PNUD, 2005, b).

¹⁶ Idem nota 11.

¹⁷ Idem nota 11.

No ano de 2000 (tabela 3b), Santa Catarina apresenta o melhor índice referente à *taxa de analfabetismo*, além de uma melhora significativa no índice relativo à *taxa bruta de frequência ao ensino superior*, situado em 0,771 com a inclusão do Distrito Federal. A exclusão da capital do país faz o índice passar para 0,897, representando um importante avanço no período considerado. Neste quesito, especificamente, o Rio Grande do Sul ostenta o melhor desempenho.

Com isso, nota-se que Santa Catarina apresentou uma sensível melhora no índice de desenvolvimento da educação (ID_2^{CAT}) em 2000. Tal índice situou-se no patamar de 0,88 com a participação do Distrito Federal e no de 0,94 com a não consideração deste.

Essa sensível melhora nas condições de educação do estado ao longo da década de 1990 deveu-se, em grande parte, à expansão do sistema de educação de nível superior em Santa Catarina. Essa expansão incluiu não só a transformação de fundações universitárias do interior do estado em universidades regionais, com a conseqüente multiplicação dos cursos. Envolveu também (talvez principalmente) o crescimento do número de unidades de instituições de ensino superior, o Serviço Nacional do Comércio (SENAC) com seus cursos tecnológicos, que, sediados em cidades como Tubarão e Itajaí, pela ordem, passaram a marcar igualmente presença em outras regiões do estado, como a Grande Florianópolis. De outra parte, a reestruturação produtiva dos anos 90 traduziu-se também na criação de cursos de formação superior com orientação definida, no intuito de atender às demandas por recursos humanos com melhor qualificação técnico-profissional em setores chaves da indústria catarinense, como o cerâmico, concentrado no sul do estado, o têxtil-vestuário, instalado principalmente no Vale do Itajaí, e o moveleiro, presente sobretudo na região norte do estado. Tudo isso não deixou de guardar relação, certamente, de uma forma ou de outra, com a vinda de quadros com boa formação universitária desde centros como Rio de Janeiro e São Paulo, e ainda com o desempenho da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) na formação de competências em ensino, pesquisa e extensão.

c) Trabalho

Na montagem dos índices de desenvolvimento da categoria trabalho (ID_3^{CAT}), para os anos de 1991 e 2000, foram utilizados os quesitos *taxa de desocupação de pessoas de 10 anos ou mais* e *taxa de desocupação no mercado formal*.

A tabela 4a mostra que Santa Catarina apresentou, em 1991, uma taxa de desemprego compatível com o índice nacional. No tocante ao quesito *taxa de desocupação no mercado formal*, o estado apresentava uma situação medíocre, pois seu índice ID_2^I era igual a 0,41 com a inclusão do Distrito Federal e 0,69 com a exclusão deste. São Paulo era o estado com o melhor índice.

Dessa forma, Santa Catarina apresentou um índice de desenvolvimento do trabalho (ID_3^{CAT}), em 1991, igual a 0,65, quando incluído o DF. Se este for excluído, o ID_3^{CAT} pode ser considerado bom, pois passa para 0,807.

Tabela 4a: Cálculo do ID_3^{CAT} - Categoria Trabalho (ano: 1991)¹⁸

Indicador	I_k^E SC	I_k^M	Origem	I_k^P	Origem	ID_k^I
Taxa de desocupação total	4,01	3,42	RS	10,78	AM	0,920
Taxa de desocupação no mercado formal (com DF)	57,67	18,39	DF	85,06	MA	0,411
Taxa de desocupação no mercado formal (sem DF)	57,67	45,17	SP	85,06	MA	0,694
ID_3^{CAT} (com DF) = 0,665						
ID_3^{CAT} (sem DF) = 0,803						

As informações revelam também que o Amazonas apresenta o pior desempenho no quesito *taxa de desocupação total*, enquanto o Maranhão apresenta o pior desempenho em relação à *taxa de desocupação no mercado formal*.

Tabela 4b: Cálculo do ID_3^{CAT} - Categoria Trabalho (ano: 2000)¹⁹

Indicador	I_k^E SC	I_k^M	Origem	I_k^P	Origem	ID_k^I
Taxa de desocupação total	4,50	4,50	SC	20,40	AP	1,000
Taxa de desocupação no mercado formal (com DF)	51,50	12,97	DF	85,37	MA	0,468
Taxa de desocupação no mercado formal (sem DF)	51,50	48,75	SP	85,37	MA	0,925
ID_3^{CAT} (com DF) = 0,73						
ID_3^{CAT} (sem DF) = 0,96						

Pela tabela 4b, percebe-se que Santa Catarina apresentou o melhor índice relativo à *taxa de desocupação total*, ao mesmo tempo em que teve uma melhora significativa do índice relacionado com a *taxa de desocupação no mercado formal*, que passou de 0,41 para 0,46, quando incluído o Distrito Federal. Se este for excluído, a evolução é ainda mais significativa, passando de 0,694 para 0,92, embora o Estado de São Paulo permaneça com o melhor desempenho no correspondente quesito.

Desta forma, pode-se dizer que Santa Catarina apresentou, no ano de 2000, uma sensível melhora no índice de desenvolvimento de trabalho, passando de 0,66 a 0,73 quando se inclui o Distrito Federal e de 0,807 para 0,96 quando se suprime a capital do país.

¹⁸ O quesito *taxa de desocupação total ou mais*, para o ano de 1991, foi obtido por meio de estimativa que considerou a diferença entre a PEA de 10 anos ou mais, disponível na publicação virtual do Censo Demográfico de 1991 (IBGE, 2005), e o número total de pessoas ocupadas maiores de 10 anos, disponível na publicação impressa do Censo Demográfico de 1991 (IBGE, 1991). O indicador *taxa de desocupação no mercado formal* para o ano de 1991 foi obtido por que considerou a diferença entre a PEA de 10 anos ou mais e o número total de pessoas ocupadas no mercado formal de trabalho, obtido através dos dados da RAIS (1991).

¹⁹ Como uma aproximação para o ano de 2000, o indicador *taxa de desocupação pessoas de 10 anos ou mais* foi obtido da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2002 (IBGE, 2003), uma vez que o Censo Demográfico de 2000, nas publicações impressa e virtual (IBGE, 2001, 2005), não apresenta informações da população ocupada de 10 anos desagregadas em nível estadual. Já o quesito *taxa de desocupação no mercado formal*, para o ano de 2000, foi obtido da mesma maneira que a apresentada na tabela 4a.

Mesmo que a informalidade do mercado de trabalho ainda permaneça elevada, os dados mostram melhorias nas condições de trabalho no estado no decorrer da última década. Assinale-se que isso ocorreu de modo concomitante à melhoria nas condições de educação no estado, autorizando a conjectura de que a mão-de-obra catarinense elevou a sua qualificação para atender às novas demandas do mercado impostas pela reestruturação produtiva.

Os dados da tabela 4b revelam também que o Amapá apresenta o pior desempenho no quesito taxa de desocupação total, pertencendo ao Maranhão o pior desempenho no quesito taxa de desocupação no mercado formal.

d) Moradia

Para a elaboração do índice de desenvolvimento da categoria moradia (ID_4^{CAT}), no ano de 1991, foram utilizados os seguintes quesitos, considerando-se o percentual de pessoas atendidas no total da população: *pessoas que vivem em domicílios com água encanada, pessoas que vivem em domicílios com coleta de lixo, pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica, pessoas que vivem em domicílios subnormais e pessoas sem teto*, além do indicador *percentual de domicílios ligados à rede geral de esgoto*. Para o ano 2000 foram utilizados os mesmos quesitos, exceto o último, que foi substituído por *ligações de esgoto per capita* (ver justificativa na nota 23).

Um esclarecimento se faz necessário neste momento. A utilização de quesitos distintos para a mensuração das condições de esgoto afeta a comparabilidade do indicador entre 1991 e 2000, mas a homogeneização desses quesitos, pela agregação entre o *número de domicílios ligados à rede geral* e o *número de domicílios com fossa séptica* – efetuada no Censo de 2000 (IBGE, 2005) – não permite conclusões suficientemente claras sobre as condições sanitárias. O motivo é que, enquanto a rede geral de esgoto tem uma eficácia sanitária reconhecida, os sistemas de fossas sépticas podem representar a contaminação do solo e do lençol freático, comprometendo o abastecimento de água e facilitando a proliferação de doenças infecto-contagiosas. Esta é a razão pela qual se preteriu o segundo quesito.

A tabela 5a mostra que Santa Catarina apresentou, em 1991, condições boas em todos os quesitos considerados. O quesito *percentual de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada* teve índice igual a 0,82, ressaltando-se que São Paulo teve o melhor desempenho e o Maranhão apresentou as piores condições. Já o indicador *percentual de pessoas que vivem em domicílios com serviço de coleta de lixo* apresentou um índice de 0,794, tendo o melhor desempenho ficado com o Distrito Federal e o pior com o Maranhão. Entretanto, quando não se inclui o Distrito Federal, o índice de Santa Catarina neste quesito passa para 0,82, ao mesmo tempo em que São Paulo apresenta o melhor desempenho. Por sua vez, o quesito *percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica* apresentou um índice de 0,91, sobressaindo São Paulo e Tocantins nos extremos opostos. O quesito *percentual de pessoas que vivem em domicílios subnormais* apresentou índice igual a 0,956, com o Distrito Federal ostentando o melhor desempenho e Amazonas, o pior. Quando se exclui o Distrito Federal, o índice deste quesito em Santa Catarina passa para 0,973, porém com Rondônia estampando o melhor resultado. O quesito *percentual de pessoas sem-teto* permitiu observar um índice de 0,959, reservando-se ao Piauí o melhor resultado e a Roraima o pior.

O quesito relativo ao número de domicílios ligados à rede geral de esgoto diferiu dos demais, uma vez que no ano de 1991 o seu índice foi de 0,059, refletindo o fato de que apenas 4,27% dos

domicílios catarinenses tinham acesso a esse serviço. Neste item, nota-se que São Paulo apresentou o melhor desempenho, com 72,09% dos domicílios ligados à rede geral de esgoto, enquanto o pior foi constatado em Tocantins, por ser um estado criado recentemente e ainda carente dessa infraestrutura de saneamento básico em 1991.

Em síntese, nota-se que, quando considerado o desempenho dos seis quesitos, incluindo-se o Distrito Federal, o índice de desenvolvimento de moradia de Santa Catarina se situa em 0,750. Ao se excluir o Distrito Federal, o índice sofre um pequeno acréscimo, passando a 0,757, que pode ser considerado como indicativo de uma boa condição de moradia em nível de país.

Além disso, também foram calculados índices homogêneos, desconsiderando-se o quesito *ligações de esgoto per capita*, um procedimento que possibilita comparar o índice de 1991 com o de 2000. Neste procedimento, tal índice mostra-se igual a 0,889 quando se inclui o Distrito Federal e alcança 0,897 quando se exclui a capital do país.

Embora as condições de moradia no Estado de Santa Catarina, no ano de 1991, possam ser consideradas boas, percebe-se que a deficiência estrutural no tocante ao saneamento básico – em termos da presença e do acesso à rede de esgoto – é um fator que pesa negativamente naquela avaliação, fazendo com que o estado não se situe no grupo com os melhores desempenhos em todos os quesitos.

Tabela 5a: Cálculo do ID_4^{CAT} - Categoria Moradia (ano: 1991)²⁰

Indicador	I_k^E SC	I_k^M	Origem	I_k^P	Origem	ID_k^I
% de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada	79,95	92,93	SP	19,03	MA	0,824
% de pessoas que vivem em domicílios com serviço de coleta de lixo (com DF)	83,54	98,35	DF	26,32	MA	0,794
% de pessoas que vivem em domicílios com serviço de coleta de lixo (sem DF)	83,54	95,77	SP	27,32	MA	0,821
% de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica	94,75	99,05	SP	51,44	TO	0,910
% de pessoas que vivem em domicílios subnormais (com DF)	1,13	0,43	DF	16,26	AM	0,956
% de pessoas que vivem em domicílios subnormais (sem DF)	1,13	0,69	RO	16,26	AM	0,972
% de pessoas sem-teto ²¹	0,83	0,33	PI	12,40	RR	0,959
% de domicílios ligados à rede geral de esgoto	4,27	72,09	SP	0,00	TO	0,059
ID_4^{CAT} (com DF) = 0,750						
ID_4^{CAT} (sem DF) = 0,757						
ID_4^{CAT} homogêneo (com DF) = 0,889						
ID_4^{CAT} homogêneo (sem DF) = 0,897						

²⁰ Idem a nota 11, com exceção do indicador % de domicílios ligados à rede geral de esgoto. Este indicador foi obtido através de dados relativos ao número total de domicílios permanentes e ao número de domicílios ligados à rede geral de esgoto, disponíveis no Censo Demográfico de 1991, versão impressa (IBGE, 1991). Na publicação virtual do Censo Demográfico e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1991, disponibilizada pelo IBGE (2005), não é apresentado o número de domicílios ligados à rede geral de esgoto de forma isolada. Nessa publicação, esse número somente aparece agregado ao número de domicílios com fossa séptica, o que prejudica a presente análise no que toca ao saneamento básico.

²¹ Estimativa da população sem-teto, calculada através da diferença entre a população total e a população residente em domicílios particulares permanentes. Dados obtidos do censo demográfico de 1991 (IBGE, 2005).

A tabela 5b mostra que a maioria dos indicadores apresenta uma melhor situação no ano de 2000, comparativamente a 1991. O índice referente ao *percentual de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada* passou de 0,82 para 0,93, com São Paulo apresentando o melhor desempenho e o Maranhão, o pior. O índice correspondente ao *percentual de pessoas que vivem em domicílios com serviço de coleta de lixo* passou de 0,794 para 0,96, também com São Paulo e Maranhão nos dois extremos. Já o índice relativo ao *percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica* passou de 0,91 para 0,956, com o melhor e o pior desempenho dizendo respeito ao Distrito Federal e ao Piauí, respectivamente. Neste quesito, ao se excluir o Distrito Federal, o índice de Santa Catarina passa de 0,91 para 0,955, com São Paulo na melhor posição. Finalmente, o índice do quesito *percentual de pessoas que vivem em domicílios subnormais* passou de 0,956 para 0,973, quando incluído o Distrito Federal. A exclusão deste faz o índice situar-se em 0,996, com Rondônia exibindo a melhor condição e o Rio de Janeiro, a pior.

Tabela 5b: Cálculo do ID_4^{CAT} - Categoria Moradia (ano: 2000)²²

Indicador	I_k^E SC	I_k^M	Origem	I_k^P	Origem	ID_k^I
% de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada	91,73	96,60	SP	26,87	MA	0,930
% de pessoas que vivem em domicílios com serviço de coleta de lixo	96,87	98,28	SP	53,25	MA	0,969
% de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica (com DF)	98,58	99,67	DF	74,67	PI	0,956
% de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica (sem DF)	98,58	99,65	SP	75,67	PI	0,957
% de pessoas que vivem em domicílios subnormais	0,04	0,00	RO ²³	9,66	RJ	0,996
% de pessoas sem-teto ²⁴	0,56	0,32	PI	2,49	MT	0,889
Ligações de esgoto per capita ²⁵	0,027	0,180	SP	0,003	AM	0,136
ID_4^{CAT} (com DF) = 0,813						
ID_4^{CAT} (sem DF) = 0,813						
ID_4^{CAT} homogêneo (com DF) = 0,948						
ID_4^{CAT} homogêneo (sem DF) = 0,948						

²² Idem nota 11.

²³ Também o Acre apresentou esse indicador igual a zero.

²⁴ Estimativa da população sem-teto (vide nota 19), com dados obtidos do censo demográfico de 2000 (IBGE, 2005).

²⁵ Idem nota 11, com exceção do indicador *ligações de esgoto per capita*. Este indicador foi obtido através de dados relativos ao número total de ligações de esgoto e o total da população. O primeiro disponível na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e o segundo no Censo Demográfico, ambos de 2000 (IBGE, 2005). Nas publicações impressas do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2001), não é mais apresentado o número de domicílios ligados à rede geral de esgoto, como foi o caso para o ano de 1991. Também para o ano de 2000, esse dado é apresentado nas publicações virtuais (IBGE, 2005) somente agregado ao número de domicílios com fossa séptica.

A trajetória de melhorias entre os anos de 1991 e 2002 não se concretizou apenas no quesito *percentual de pessoas sem-teto*, cujo índice decresceu de 0,959 para 0,889. Além deste, o índice relativo às *ligações de esgoto per capita*, apesar de não permitir uma comparação direta com o seu correspondente para o ano de 1991 (*número de domicílios ligados à rede geral de esgoto*), apresentou um valor de apenas 0,136 em 2000, sugerindo a dimensão da precariedade nas condições de saneamento básico amargada em Santa Catarina. Avaliando-se o quadro nacional dessa mesma forma, observa-se que São Paulo tem o melhor desempenho neste quesito, passando o Estado do Amazonas a apresentar o pior.

Considerados todos os quesitos da categoria moradia, e incluindo-se o Distrito Federal, percebe-se que Santa Catarina apresentou em 2000 uma melhoria significativa do associado índice de desenvolvimento, pois o mesmo passou de 0,750 em 1991 para 0,813 em 2000. Entretanto, a não consideração do Distrito Federal faz esse índice passar de 0,757 para 0,813²⁶.

Em termos do índice de moradia homogêneo, que não considera o indicador *ligações de esgoto per capita*, nota-se que progressão de 0,889 para 0,948 quando se considera o Distrito Federal e de 0,897 para 0,948 quando isso não acontece. Isto significa que, no ano de 2000, o viés da renda praticamente não teve efeitos sobre as condições de moradia em Santa Catarina, e que a deficiência estrutural encontrada no saneamento básico continua sendo o único fator que impede a referida categoria de ter uma avaliação excelente no estado.

* * *

Portanto, os índices de desenvolvimento para as categorias saúde, educação, trabalho e moradia, para 1991 e 2000, foram calculados com as seguintes variações:

- inclusão do Distrito Federal e dos indicadores relativos à presença de rede geral de esgoto: ID_i^{CAT} (com DF) ;
- exclusão do Distrito Federal e inclusão dos indicadores relativos à presença de rede geral de esgoto: ID_i^{CAT} (sem DF);
- inclusão do Distrito Federal e não inclusão os indicadores relativos à presença de rede geral de esgoto: ID_i^{CAT} homogêneo (com DF)
- exclusão do Distrito Federal e não inclusão dos indicadores relativos à presença de rede geral de esgoto: ID_i^{CAT} homogêneo (sem DF).

Utilizando a equação 2, obtiveram-se os seguintes índices de desenvolvimento social: ID_2 (com DF); ID_2 (sem DF); ID_2 homogêneo (com DF); ID_2 homogêneo (sem DF). A tabela 6 apresenta os valores calculados para cada um desses índices nos anos de 1991 e 2000, bem como a variação ocorrida entre os mesmos no período. No ano de 1991, o índice de desenvolvimento social de Santa Catarina apresentou uma boa desempenho em termos comparativos, considerando-se que o

²⁶ O diferencial apresentado pelo Distrito Federal, em termos do indicador *percentual de pessoas que vivem em domicílios com energia elétrica*, não foi suficiente para gerar impacto sobre o índice de moradia em Santa Catarina.

mesmo não se situou abaixo de 0,79 nas quatro formas em que foi calculado. Observa-se também que tanto o viés da renda como as deficiências na área de saneamento básico afetaram significativamente os índices que refletiam as condições sociais do estado, quando confrontadas com os indicadores referentes a outras realidades estaduais²⁷.

Cabe salientar que o efeito isolado dos indicadores sociais do Distrito Federal é considerável, pois o ID_2 que considera a capital do país e inclui o indicador referente ao acesso à rede geral de esgoto passa de 0,79 para 0,83 quando se exclui a primeira. Do mesmo modo, o efeito isolado do fator saneamento básico também é bastante significativo, já que o ID_2 , que não inclui o Distrito Federal mas considera o número de domicílios com acesso à rede geral passa de 0,83 para 0,87 quando se retira do índice este último indicador.

Tabela 6: Índice de Desenvolvimento Social - ID_2

	1991	2000	Varição
ID_2 com DF	0,79	0,86	0,07
ID_2 sem DF	0,83	0,93	0,10
ID_2 homogêneo (com DF)	0,82	0,89	0,07
ID_2 homogêneo (sem DF)	0,87	0,96	0,08

Analisando as condições sociais de Santa Catarina em 2000, verificam-se melhorias significativas em todas as formas de cálculo do IDS, tendo em vista que em nenhuma delas o índice cresceu menos que 0,07 pontos desde 1991. No entanto, deve-se recordar que o ID_2 (com e sem o Distrito Federal) não permite uma análise em termos de trajetória no tempo devido à falta de homogeneidade do quesito relativo à presença de redes de esgoto entre os anos de 1991 e 2000. Contudo o ID_2 homogêneo (com e sem o Distrito Federal) admite uma análise temporal. Esta revela uma evolução significativa nas condições sociais do estado, considerando-se que o primeiro índice passa de 0,82 para 0,89 e o segundo, de 0,87 para 0,96.

Por outro lado, observa-se que o viés da renda teve no ano 2000 um efeito ainda mais significativo sobre os índices que refletem as condições sociais relativas de Santa Catarina do que em 1991. Em 2000, o efeito isolado dos indicadores sociais do Distrito Federal mostra grande magnitude, considerando-se que o ID_2 que inclui o Distrito Federal e as *ligações de esgoto per capita* passa de 0,86 para 0,93 quando o respectivo dado para a capital do país é suprimido do índice. Da mesma forma, a deficiência na área de saneamento básico continuou exercendo um grande efeito sobre os índices que captam as condições sociais no estado naquele ano, haja vista que o ID_2 sem o Distrito Federal e sem o número de domicílios com acesso à rede geral passa de 0,93 para 0,96 quando se retira do índice o indicador relacionado ao *número de ligações de esgoto per capita*.

²⁷ Note-se que a não consideração do Distrito Federal e do quesito relativo ao número de domicílios com acesso ao saneamento básico faz o índice passar de 0,79 para 0,89.

3.3. Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDS) em Santa Catarina: 1991-2000

Com os valores obtidos para o índice de desenvolvimento econômico (ID_1) e os diferentes valores encontrados para o índice de desenvolvimento social (ID_2), e utilizando a equação 1, pode-se calcular o índice de desenvolvimento socioeconômico (IDS) de Santa Catarina para os anos de 1991 e 2000. Tendo em vista as opções analíticas e os condicionantes da abordagem, o procedimento implica calcular quatro modalidades de IDS. 1) IDS (com DF); 2) IDS (sem DF); 3) IDS homogêneo (com DF); 4) IDS homogêneo (sem DF).

A tabela 4 apresenta os valores desses IDS para os anos de 1991 e 2000, bem como a variação correspondente observada no período. No ano de 1991 Santa Catarina apresentava boas condições socioeconômicas, comparativamente aos demais estados do país. Com a inclusão do Distrito Federal e do indicador relativo ao acesso à rede geral de esgoto, o índice de Santa Catarina alcança 0,74; sem o Distrito Federal, o valor é ampliado para 0,79. Este comportamento está relacionado aos aspectos citados anteriormente, ou seja, a influência da elevada renda per capita do Distrito Federal e as deficiências na área de saneamento básico em Santa Catarina. Especificamente neste último caso, notam-se importantes efeitos no índice, uma vez que o IDS (sem DF) é igual a 0,79 e o IDS homogêneo (sem DF) passa para 0,81.

Tabela 7: IDS de Santa Catarina

	1991	2000	Variação
IDS com DF	0,74	0,80	0,06
IDS sem DF	0,79	0,89	0,10
IDS homogêneo (com DF)	0,76	0,82	0,06
IDS homogêneo (sem DF)	0,81	0,91	0,09

O ano de 2000 permite observar melhorias significativas nos índices catarinenses. O IDS homogêneo (com DF) cresce de 0,76 para 0,82, uma evolução que avança de 0,81 para 0,91 quando se exclui o Distrito Federal. Outro aspecto importante é que o diferencial entre o IDS com e sem o Distrito Federal, de 0,05 em 1991, passa em 2000 para 0,09. Em grande parte, este comportamento está associado ao diferencial de renda, que se tornou ainda mais acentuado no último Censo Demográfico.

No que concerne às condições de saneamento básico, a comparação das diferenças entre 1991 e 2000 não pode ser feita devido à falta de homogeneidade nas informações, conforme apontado anteriormente. No entanto, nota-se, em ambos os anos, a existência de uma diferença sensível entre o IDS e o IDS homogêneo (com e sem o Distrito Federal). Isso espelha os efeitos negativos da variável “saneamento” sobre os índices que traduzem as condições socioeconômicas de Santa Catarina.

4. Conclusões

Decorrente da importância de um acompanhamento sistemático sobre a evolução dos indicadores de desenvolvimento socioeconômico, o IDS calculado para o Estado de Santa Catarina cumpre uma importante função no sentido de indicar as tendências de comportamento das condições socioeconômicas, como efeitos do próprio crescimento econômico e dos investimentos estruturais de longo prazo. Através da análise do IDS catarinense, Santa Catarina auferiu condições socioeconômicas agregadas relativas ao contexto nacional, que passaram de boas a excelentes ao longo da última década.

Além disso, a análise dos índices das categorias componentes do IDS propicia condições para as seguintes considerações:

- A reestruturação produtiva ocorrida em Santa Catarina ao longo da década de noventa teve efeitos bastante positivos em termos das condições econômicas relativas do estado no contexto nacional. Houve crescimento econômico e manutenção das condições privilegiadas de distribuição de renda no estado.
- Através dos indicadores considerados, Santa Catarina mantém excelentes condições relativas de saúde e boas condições de educação. Na área da educação o avanço constatado é significativo e inquestionável, tendo-se em vista a presença de uma das mais baixas taxas de analfabetismo do país e do grande progresso ao nível da educação superior, direcionada a atender as demandas geradas pela expansão econômica no estado, por recursos humanos com melhor qualificação técnico-profissional.
- As condições de trabalho, passaram de regulares a boas ao longo da última década. O fator positivo com maior peso nessa melhora observada foi a redução do nível de desemprego no mercado formal. No entanto, o peso da informalidade no mercado de trabalho catarinense ainda é bastante significativo, apesar de ter se reduzido levemente. Embora ainda pequena, em nossa análise, a redução relativa da informalidade no mercado de trabalho catarinense é vista como um reflexo positivo da maior qualificação dos agentes econômicos para atender às demandas impostas pela reestruturação produtiva da economia estadual na última década.

Nos quesitos relativos à categoria habitação, entretanto, há evidências de que problemas muito sérios permanecem sem o devido equacionamento. Este é o caso, sobretudo, das variáveis relacionadas ao saneamento básico, que se mantiveram praticamente inalteradas ao longo da década de 90, conferindo ao Estado de Santa Catarina um dos piores índices nacionais nesta área. Este aspecto, de certa forma, interferiu negativamente na conformação do IDS catarinense, fazendo com que a sua situação no estado não atingisse os patamares das unidades da federação melhor posicionadas, como o Distrito Federal, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Em suma, a observação do IDS em Santa Catarina, da maneira como se procedeu neste estudo, não deixa margem para dúvidas. Investir pesadamente, entre outras coisas, em infraestrutura – acima de tudo na área de saneamento básico – é uma gritante e urgente prioridade no estado. Como se sabe, isso é terreno para uma ação pública conseqüente e verdadeiramente comprometida com a melhoria da qualidade de vida da população.

Referências bibliográficas

- BORCHARD, Ilmar. *Diagnóstico da exclusão social em Santa Catarina: mapa da fome*. Florianópolis: SDS/Instituto CCPA, SC, 2003, 215 p.
- CAMPOS, R. R. *et al.* Reestruturação industrial e aglomerações setoriais locais em Santa Catarina. In: VIEIRA, P. F. (Org.). *A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento*. Florianópolis: APED, 2002, p. 113-169.
- HERING, M. L. R. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau: Editora da FURB, 1987.
- IBGE. *Produto Interno Bruto dos municípios: 1999-2002*. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. Contas Nacionais nº 14.
- _____. *Censo Demográfico, 1991*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- _____. *Censo Demográfico, 1991*. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo>>. 2005.
- _____. *Censo Demográfico, 2000*. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo>>. 2005.
- _____. *Censo demográfico, 2000: características da população e dos domicílios: resultados do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.
- _____. *Síntese dos Indicadores Sociais, 2002*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – Trabalhadores. CD-ROM, 1991*.
- _____. *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS – Trabalhadores. CD-ROM, 2000*.
- MONTIBELLER Fo., G. *IDSA: um método de avaliação do desenvolvimento socioeconômico e ambiental*. Textos Socioeconômicos. Núm. 2. Departamento de Ciências Econômicas/UFSC. 1999.
- _____. *O mito do desenvolvimento sustentável : meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2001. 306p.
- PNUD. *Desenvolvimento Humano e IDH*. Disponível em <<http://www.pnud.org.br>>. PNUD, 2005 (a).
- _____. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil-2003. Entenda o cálculo do IDH Municipal (IDH-M) e saiba quais os indicadores usados*. Disponível em <<http://www.pnud.org.br>>. PNUD, 2005 (b).
- _____. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/atlas>>. PNUD, 2005 (c).

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Nº 01/05– **Sanson**, Joao Rogério. *Planos de Fase e Teoria Econômica*.

Nº 02/05– **Maluf**, Luiz Augusto F. F.; **Mattei**, Lauro e **Lins**, Hoyêdo Nunes. *Contribuição aos Estudos sobre Desenvolvimento Socioeconômico em Santa Catarina: Comportamento do IDS entre 1991 e 2000*.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Campus Universitário – Trindade
CEP 88.049-970 – Florianópolis - Santa Catarina
Tel.: (48) 331.9458 – Fax (48) 331.9776